

I ENCONTRO NACIONAL DE DIREITO DO FUTURO

NEOLIBERALISMO E ENDIVIDAMENTO

N438

Neoliberalismo e endividamento [Recurso eletrônico on-line] organização I Encontro Nacional de Direito do Futuro: Escola Superior Dom Helder Câmara – Belo Horizonte;

Coordenadores: Priscila Céspedes Cupello, Emmanoel Boff e Marco Antônio Sousa Alves – Belo Horizonte: Escola Superior Dom Helder Câmara - ESDHC, 2024.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-935-3

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Os desafios do humanismo na era digital.

1. Direito do Futuro. 2. Humanismo. 3. Era digital. I. I Encontro Nacional de Direito do Futuro (1:2024 : Belo Horizonte, MG).

CDU: 34



I ENCONTRO NACIONAL DE DIREITO DO FUTURO

NEOLIBERALISMO E ENDIVIDAMENTO

Apresentação

O Encontro Nacional de Direito do Futuro, realizado nos dias 20 e 21 de junho de 2024 em formato híbrido, constitui-se, já em sua primeira edição, como um dos maiores eventos científicos de Direito do Brasil. O evento gerou números impressionantes: 374 pesquisas aprovadas, que foram produzidas por 502 pesquisadores. Além do Distrito Federal, 19 estados da federação brasileira estiveram representados, quais sejam, Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo e Tocantins.

A condução dos 29 grupos de trabalho do evento, que geraram uma coletânea de igual número de livros que ora são apresentados à comunidade científica nacional, contou com a valiosa colaboração de 69 professoras e professores universitários de todo o país. Esses livros são compostos pelos trabalhos que passaram pelo rigoroso processo double blind peer review (avaliação cega por pares) dentro da plataforma CONPEDI. A coletânea contém o que há de mais recente e relevante em termos de discussão acadêmica sobre as perspectivas dos principais ramos do Direito.

Tamanho sucesso não seria possível sem o apoio institucional de entidades como o Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), o Mestrado Profissional em Direito e Inovação da Universidade Católica de Pernambuco (PPGDI/UNICAP), o Programa RECAJ-UFGM – Ensino, Pesquisa e Extensão em Acesso à Justiça e Solução de Conflitos da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, a Comissão de Direito e Inteligência Artificial da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais, o Grupo de Pesquisa em Direito, Políticas Públicas e Tecnologia Digital da Faculdade de Direito de Franca e as entidades estudantis da UFGM: o Centro Acadêmico Afonso Pena (CAAP) e o Centro Acadêmico de Ciências do Estado (CACE).

Os painéis temáticos do congresso contaram com a presença de renomados especialistas do Direito nacional. A abertura foi realizada pelo professor Edgar Gastón Jacobs Flores Filho e pela professora Lorena Muniz de Castro e Lage, que discorreram sobre o tema “Educação jurídica do futuro”. O professor Caio Lara conduziu o debate. No segundo e derradeiro dia, no painel “O Judiciário e a Advocacia do futuro”, participaram o juiz Rodrigo Martins Faria,

os servidores do TJMG Priscila Sousa e Guilherme Chiodi, além da advogada e professora Camila Soares. O debate contou com a mediação da professora Helen Cristina de Almeida Silva. Houve, ainda, no encerramento, a emocionante apresentação da pesquisa intitulada “Construindo um ambiente de saúde acessível: abordagens para respeitar os direitos dos pacientes surdos no futuro”, que foi realizada pelo graduando Gabriel Otávio Rocha Benfica em Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS). Ele foi auxiliado por seus intérpretes Beatriz Diniz e Daniel Nonato.

A coletânea produzida a partir do evento e que agora é tornada pública tem um inegável valor científico. Seu objetivo é contribuir para a ciência jurídica e promover o aprofundamento da relação entre graduação e pós-graduação, seguindo as diretrizes oficiais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Além disso, busca-se formar novos pesquisadores nas mais diversas áreas do Direito, considerando a participação expressiva de estudantes de graduação nas atividades.

A Escola Superior Dom Helder Câmara, promotora desse evento que entra definitivamente no calendário científico nacional, é ligada à Rede Internacional de Educação dos Jesuítas, da Companhia de Jesus – Ordem Religiosa da Igreja Católica, fundada por Santo Inácio de Loyola em 1540. Atualmente, tal rede tem aproximadamente três milhões de estudantes, com 2.700 escolas, 850 colégios e 209 universidades presentes em todos os continentes. Mantida pela Fundação Movimento Direito e Cidadania e criada em 1998, a Dom Helder dá continuidade a uma prática ético-social, por meio de atividades de promoção humana, da defesa dos direitos fundamentais, da construção feliz e esperançosa de uma cultura da paz e da justiça.

A Dom Helder mantém um consolidado Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Direito Ambiental e Sustentabilidade, que é referência no país, com entradas nos níveis de mestrado, doutorado e pós-doutorado. Mantém revistas científicas, como a Veredas do Direito (Qualis A1), focada em Direito Ambiental, e a Dom Helder Revista de Direito, que recentemente recebeu o conceito Qualis A3.

Expressamos nossos agradecimentos a todos os pesquisadores por sua inestimável contribuição e desejamos a todos uma leitura excelente e proveitosa!

Belo Horizonte-MG, 29 de julho de 2024.

Prof. Dr. Paulo Umberto Stumpf – Reitor da ESDHC

Prof. Dr. Franclim Jorge Sobral de Brito – Vice-Reitor e Pró-Reitor de Graduação da ESDHC

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara – Pró-Reitor de Pesquisa da ESDHC

O NEOLIBERALISMO COMO POLÍTICA DE ESTADO: UMA PERSPECTIVA DA REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA

NEOLIBERALISM AS A STATE POLICY: A PERSPECTIVE OF BRAZILIAN REDEMOCRATIZATION

Fernanda Machado de Castro

Resumo

O presente trabalho científico introduz como temática a construção do neoliberalismo como Política de Estado no Brasil, após a redemocratização do país, analisando as políticas neoliberais aplicadas nos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso. Como principal finalidade, o trabalho descreve as características do projeto neoliberal brasileiro e sua respectiva implementação, apresentando a descrição dos processos e os resultados das políticas neoliberais e as peculiaridades que caracterizam o funcionamento do neoliberalismo no Brasil. Conclui-se a partir da análise crítica que o neoliberalismo é um processo de modernização do capitalismo que envolve características específicas, que geram consequências à economia e à sociedade.

Palavras-chave: Neoliberalismo, Política de estado, Brasil, Políticas

Abstract/Resumen/Résumé

The present paper introduces the construction of neoliberalism as a State Policy in Brazil, after the country's redemocratization, analyzing the neoliberal policies implemented during the Collor and Fernando Henrique Cardoso governments. Its main purpose is to describe the characteristics of the Brazilian neoliberal project and its respective implementation, presenting the description of the processes and the results of neoliberal policies and the peculiarities that characterize the functioning of neoliberalism in Brazil. It is concluded from the critical analysis that neoliberalism is a process of modernizing capitalism involving specific characteristics that generate consequences for the economy and society.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Neoliberalism, State policy, Brazil, Policies

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Brasil foi o último país da América Latina a implementar um projeto neoliberal como Política de Estado, em razão da força do movimento político das classes trabalhadoras na década de 1980 e da dificuldade de saciar os diferentes interesses capitalistas do Brasil, do agronegócio, das indústrias, dos bancos, entre outros. Porém, a mobilização dos trabalhadores não conseguiu tornar hegemônico sua força política nacional, fato exposto com a eleição de Collor em 1990.

O neoliberalismo surge em um contexto histórico pós Segunda Guerra Mundial, com um de seus principais teóricos, Friedrich Hayek, que defendia a tese de ataque à racionalidade econômica, priorizando a individualidade das pessoas, ou das empresas. Uma teoria baseada na rejeição da intervenção na economia, o neoliberalismo apresenta-se como um novo salto para a modernidade capitalista, acentuando o modelo produtor para exportação, de maneira competitiva, e incentivando a privatização do Estado. Assim, o neoliberalismo começa sua consolidação a partir da década de 70, com a profunda recessão espalhada internacionalmente, baixas taxas de crescimento econômico e inflação alta, que permitiu com que a política econômica neoliberal se expandisse.

As condições ideais para que o neoliberalismo chegasse ao poder foram implantadas, com crises econômicas e déficits de produção, desemprego e endividamentos públicos. Dessa forma, percebe-se o neoliberalismo como uma ideologia econômica que visa diminuir a participação do Estado como um agente regulamentador da economia e garantidor do bem-estar social, porém, utilizando-se dos recursos financeiros estatais para investir em políticas que ampliem a participação das empresas na economia, é um aparelhamento do Estado contra si próprio.

No Brasil, os princípios do neoliberalismo puderam ser consolidados com o fim da Ditadura Militar, em 1984, após 20 anos de regime ditatorial no país. Nesse contexto, a eleição de Fernando Collor (1990-1992) foi o marco histórico do início da implementação do projeto neoliberal no Brasil, como um elemento essencial na condução das ações governamentais, principalmente nas esferas econômica, trabalhista e social.

A consolidação do neoliberalismo no Brasil faz-se de extrema importância para compreendermos os processos e eventos políticos nacionais, principalmente políticas públicas que refletem até os dias atuais, tendo em vista que o neoliberalismo faz-se presente e adapta-se todos os anos, para a fomentação de uma política de reduzir a presença do Estado em todas as instâncias públicas. Assim, ressalta-se a relevância da pesquisa, levando em conta que entender o

passado histórico, institucional e político é fundamental para compreensão dos desdobramentos da atualidade política brasileira.

No tocante à metodologia da pesquisa, o presente resumo expandido utilizou-se, com base na classificação de Gustin, Dias e Nicácio (2020), a vertente metodológica jurídico-social. Com relação ao tipo genérico de pesquisa, foi escolhido o tipo histórico-jurídico. Por sua vez, o raciocínio desenvolvido na pesquisa foi predominantemente dialético. Quanto ao gênero de pesquisa, adotou-se a pesquisa teórica-bibliográfica.

2. A GÊNESE DA IMPLEMENTAÇÃO NEOLIBERAL NO BRASIL

No dia 15 de março de 1990, Fernando Collor toma posse como o 32º Presidente do Brasil e o primeiro presidente após a redemocratização e a Constituição de 1988. Assim que é empossado, o presidente inicia um conjunto de reformas originadas na necessidade de redução do déficit público e na constatação do esgotamento financeiro do Estado. O governo Collor sustentava-se em três pilares principais: desestatização, desregulamentação e liberalização de preços e salários, com as reformas fiscal, patrimonial e administrativa. A política de Collor foi marcada pela política de mercado, com abertura ao capital externo, a privatização como elemento gerador de receita e redutor das dívidas públicas, o combate à inflação e a redefinição do papel do Estado.

Creio que compete primordialmente à livre iniciativa e não ao Estado – criar riqueza e dinamizar a economia. Ao Estado corresponde planejar sem dirigismo o desenvolvimento e assegurar a justiça, no sentido amplo e substantivo do termo. O Estado deve ser apto, permanentemente apto a garantir o acesso das pessoas de baixa renda a determinados bens vitais. Deve prover o acesso à moradia, à alimentação, à saúde, à educação e ao transporte coletivo a quantos deles dependam para alcançar ou manter uma existência digna, num contexto de iguais oportunidades – pois outra coisa não é a justiça, entendida como dinâmica social da liberdade de todos e para todos. (MELLO, 1990, p. 15)

Porém, a construção do projeto neoliberal no Brasil não foi iniciada a partir do Governo Collor, mas sim, foi resultado de políticas construídas nas décadas de 1980 e 1990, a fim de superar crises econômicas. A eleição de Collor foi a solução viável para que o projeto neoliberal deixasse de ser uma grande dúvida no Brasil, sendo viabilizada através de projetos que introduziram condutas neoliberais nas instâncias do ambiente público.

O primórdio do neoliberalismo brasileiro foi institucionalmente viabilizado por Collor com o aparato da Constituição de 1988. O Plano Collor, pela primeira vez, apresentava mudanças

e reformas estruturais na atuação do Estado, além do combate à inflação, com o setor privado e do capital com o trabalho, nos moldes do modelo neoliberal, com a privatização, a abertura comercial e financeira para o internacional e com a flexibilização das relações trabalhistas. O governo de Fernando Collor (1990-1992) foi caracterizado por uma inflação do Poder Executivo, em que o presidente governava por decretos e medidas provisórias, as quais implementaram o Plano Collor sem correspondência do Congresso, onde o presidente não tinha uma base sólida de apoio.

Collor obteve sucesso em dar início à implementação do projeto neoliberal, privatizou empresas públicas, abriu o mercado para o capital externo e conseguiu amenizar os movimentos sociais e sindicais, que eram as bases opositoras ao seu governo. Porém, a implementação de um princípio do modelo neoliberal não resultou imediatamente no livre e natural funcionamento da política de mercado e melhora da inflação, pelo contrário, o governo foi constantemente perdendo apoio das classes dominantes, graças ao fracasso do Plano Collor, que gerou uma absurda recessão econômica, redução do PIB e taxas de desempregos atingindo recordes, falhando no objetivo da redução dos índices inflacionários, apesar do arrefecimento drástico de liquidez obtido através do confisco das poupanças.

A falha do Plano Collor e as denúncias por corrupção generalizada em seu governo, fizeram com que os movimentos sociais ganhassem força novamente e que o governo perdesse o apoio constante das classes dominantes, o que gerou um isolamento político maior do que anteriormente. Apesar de falhos, os Planos Neoliberais de Collor introduziram ao Brasil um novo modelo político de atuação e manutenção do Estado, que vieram a ser representados pelo Plano Real e muitas outras políticas de aparelhamento do Estado contra si mesmo, a fim de dar espaço às empresas privadas atuarem de maneira direta na economia, na política de mercado.

A implementação do Neoliberalismo no Brasil não foi interrompida após a deposição de Collor, o que ressalta que o projeto neoliberal já havia sido iniciado anteriormente e que havia uma ampla aceitação nas classes dominantes, desde que feito de maneira correta. A partir de Collor, os presidentes do Brasil configuraram os programas de governo em volta da falha institucional do modelo de Estado nacional-desenvolvimentista .

2. A CONSOLIDAÇÃO POLÍTICA DO PROJETO NEOLIBERAL

O primeiro mandato do Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), conseguiu implantar o projeto neoliberal no país, sob a lógica do capital financeiro, através do Plano Real, iniciado no governo de Itamar Franco. O Plano Real foi implementado sob a lógica de valorização e sob a política econômica do capital financeiro, que se impuseram de forma categórica, com a estabilização monetária baseada na valorização do câmbio e em taxas de juros elevadas, acompanhadas da abertura comercial e financeira para o capital externo, a privatização e a desregulação do mercado de trabalho.

Como uma continuidade ao programa de Collor, o Plano Real conseguiu “amenizar” as diversas frações do capital e a resistência de mobilizações de trabalhadores, em que, as privatizações e a desregulação das relações trabalhistas foram entendidas como necessárias por ambos espectros da sociedade, como uma espécie de compensação para os setores impactados pela abertura para o capital internacional, pela valorização da moeda e pela taxa de juros elevada. O Governo de FHC conseguiu, eficientemente, controlar a inflação, que caiu de 2.406%, em 1994, para 1,7% em 1988, segundo o IGP¹. Porém, o projeto neoliberal, ao enfraquecer financeiramente o setor público, gerou uma vulnerabilidade externa e uma grande elevação das dívidas interna e externa.

Apesar do grande processo de privatização realizado, esse não foi suficiente para suprir a demanda das dívidas externa e pública, que cresceram entre 1994 e 1998. Em quatros anos de mandato, o real já havia sofrido três crises cambiais, com ataques ao real e fuga de capitais, o que refletiu em flutuações econômicas² de curto prazo, com reflexos no crescimento do PIB, que chegou a ser negativo em 1998. O desemprego se elevou e o rendimento médio real dos trabalhadores teve queda, que afetaram diretamente a classe trabalhadora no governo de FHC.

“... o projeto liberal desde o início dos anos noventa pelo Governo Collor - e que foi aprofundado e aperfeiçoado no 1o Governo FHC -, resultou no aumento da dependência externa do país e no crescimento acelerado da dívida pública; na desnacionalização da estrutura produtiva e financeira; em taxas de crescimento diminutas, as menores da história econômica do Brasil; na precarização violenta do mercado de trabalho - com a elevação das taxas de desemprego e subemprego

¹ IGP é a média aritmética ponderada de três índices de preços: IPA, IPC e INCC, e revela as fontes de pressão inflacionária e a evolução dos preços de produtos e serviços mais relevantes para produtor, consumidor e construção civil. O IGP poderia ser usado como deflator do índice de evolução dos negócios, daí resultando um indicador mensal do nível de atividade econômica. Os pesos de cada um dos índices componentes correspondem a parcelas da despesa interna bruta, calculadas com base nas Contas Nacionais.

² As flutuações econômicas são caracterizadas por variações de curto/médio prazo, onde há a comparação da economia com o ano ou período anterior. Já o crescimento econômico se dá em longo prazo, onde se observam as comparações em uma escala mais ampla.

para níveis nunca antes atingidos, a ampliação da informalidade e a redução dos rendimentos reais dos trabalhadores -; na manutenção do elevado grau de concentração da renda pessoal historicamente existente no país, além da redução da participação dos salários na renda nacional; na crise de energia e no aumento das tarifas públicas; e, por fim, na ampliação da pobreza e da insegurança em todos os âmbitos da vida social.”. (Filgueiras, 2002)

No segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1998-2002), a quarta crise cambial aconteceu e a desvalorização do real, mas, em compensação, as exportações brasileiras estavam voltando, gradativamente, a serem competitivas no mercado internacional, além da produção local conseguir uma maior proteção contra as importações, o que incentivou o mercado interno a se fortalecer. O Neoliberalismo do Brasil, assim como de outros países subdesenvolvidos, que podemos chamar de “Neoliberalismo Periférico” tem uma característica estrutural marcante, sendo ela a instabilidade congênita, que pode ser minimizada, mas nunca superada, em que, mesmo com o predomínio absoluto do capital financeiro, só poderia se garantir o projeto neoliberal enquanto os fluxos de capitais estrangeiros eram abundantes e enquanto havia empresas públicas a serem privatizadas.

Ao fim do segundo mandato de FHC, já era perceptível a recuperação da balança comercial, que reduziu seu déficit e transformou-os em superávits, acumulando os resultados de seu primeiro mandato. Fernando Henrique Cardoso foi o responsável por viabilizar uma política econômica que permitisse a consolidação do neoliberalismo, principalmente com o Plano Real, que permitiu que o Real fosse competitivo internacionalmente, enquanto isso, houve ainda um aparelhamento estatal para sancionar leis e decretos que viabilizassem exportações e capital estrangeiro no país, além de incentivar o próprio mercado interno, com a proteção contra importações.

O Governo de FHC teve as características que marcam o neoliberalismo, com a reforma institucional do Estado visando reduzir gastos com o funcionalismo público, com privatizações de empresas públicas como a Telebrás. O Plano Real foi extremamente importante para a estabilização econômica do país e modernização de setores da economia, como as indústrias e o agronegócio. Apesar do aparelhamento para diminuição do Estado e valorização do setor privado, órgãos como o Banco Central ganharam mais autonomia para controle da inflação através de políticas monetárias, o que demonstra que, mesmo para diminuição do Estado, é importante ter instituições públicas específicas com poder para viabilizar o trabalho do setor privado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente ao exposto, discorre-se sobre a implementação e a consolidação do Neoliberalismo, através de políticas públicas, no Brasil, relacionando e comparando os governos e suas respectivas atuações para que o projeto neoliberal pudesse ser implementado no país. Percebe-se que a política neoliberal veio sendo construída no Brasil no início da década de 1980, e teve sua gênese como Política de Estado no Governo Collor, em que, mediante à nova Constituição Vigente, foi possível que essas políticas fossem formalizadas, mesmo que de forma falha pelo Governo Collor. Nota-se que é indispensável compreender e analisar o contexto histórico da implementação do Neoliberalismo no Brasil, a fim de entender a atualidade política do país, em relação à inflação, políticas econômicas, privatizações e encolhimento do Estado.

As análises históricas, econômicas e políticas do processo de consolidação do Neoliberalismo permitem a compreensão de processos políticos e problemas estruturais do Brasil, que é de extrema importância para compreender a realidade do país, e ter informações concretas da história do país, pois o conhecimento do passado é indispensável para não cometer os mesmos erros no futuro. Diante disso, o conhecimento acerca dos governos, presidentes e suas respectivas políticas fazem com que o indivíduo tenha um caráter mais crítico e analítico dos problemas do país, para que possam-se viabilizar políticas que sejam suficientes de amenizar tais problemáticas e que tenham pensamento crítico com políticas inadequadas ou infundamentadas. Além disso, percebe-se as consequências relacionadas ao Neoliberalismo Brasileiro, que implicam a exclusão social e desmobilização de movimentos políticos trabalhistas, que perpetuam em consequências até os dias atuais.

Logo, explica-se conceitos, processos histórico-políticos e políticas que inferem na trajetória e construção do Brasil atual, e a importância de estabelecimento de políticas concretas e transparentes para a melhora da situação de um Estado. Compreende-se que, o projeto neoliberal foi introduzido no Brasil como Política de Estado, de maneira efetiva, no governo de Fernando Henrique Cardoso e que o Neoliberalismo gera problemáticas diretas para as classes trabalhistas, e beneficia as classes dominante ideologicamente (classe alta), mas que, as políticas neoliberais de qualidade foram extremamente importantes para solucionar problemáticas graves de inflação e dívidas, como o Plano Real, que reconstruiu a economia interna do Brasil.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Monica Piccolo. **Reformas Neoliberais No Brasil: A Privatização Nos Governos Fernando Collor E Fernando Henrique Cardoso**. 2010. Tese (Programa de Pós-Graduação em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/16851>. Acesso em: 18 maio 2024.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil:(Collor, FHC e Lula)**. Autores Associados, 2022.

ESTOCERES, Pamela Flores. **Neoliberalismo: análise dos impactos na economia brasileira sob o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992)**. 2022. Monografia de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/241195> Acesso em: 19 maio 2024.

FILGUEIRAS, Luiz. **Projeto político e modelo econômico neoliberal no Brasil: implantação, evolução, estrutura e dinâmica**. Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA, 2005.

FILGUEIRAS, L. **Uma outra economia é possível**. A Tarde, Salvador, 17/10/2002, p.4.

GENNARI, Adilson Marques. Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90. **Pesquisa & Debate Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política**, v. 13, n. 1 (21), 2002.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca; NÍCACIO, Camila Silva. **(Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática**. 5a. ed. São Paulo: Almedina, 2020.

MACIEL, D. O GOVERNO COLLOR E O NEOLIBERALISMO NO BRASIL (1990-1992). **Revista UFG**, Goiânia, v. 13, n. 11, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48390>. Acesso em: 20 maio. 2024.

MASSIMO, Lucas. Como se explica o neoliberalismo no Brasil? uma análise crítica dos artigos publicados na Revista Dados. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, p. 133-153, 2013.

MELLO, Fernando Affonso Collor de. **O Projeto de Reconstrução Nacional e o compromisso com a democracia**. Brasília: Senado Federal, 1990.